



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

| S/Referência | S/Comunicação | N/Referência | Data |
|--------------|---------------|----------------|------------|
| S/375/2023 | 06/02/2023 | Sai-AP/2023/38 | 20/02/2023 |

ASSUNTO: Requerimento n.º 560/XII (PS) – “Por que razão o Governo Regional não fez cumprir o contrato para prestação do serviço de transporte marítimo de mercadorias à ilha das Flores até final do prazo?”, apresentado pelos Senhores Deputados José Gabriel Eduardo e Carlos Silva, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados José Gabriel Eduardo e Carlos Silva, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1- Por que razão o navio «Karoline» deixou de prestar o serviço de transporte marítimo de mercadorias à ilha das Flores, ainda no passado mês de outubro de 2022, quando, segundo o contrato celebrado entre a Região e a Transinsular a 9 de julho de 2021, a prestação daquele serviço apenas terminava a 31 de janeiro de 2023?

O contrato celebrado entre o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico e a Transinsular, teve início a 10 de julho de 2021. O contrato tinha um período de vigência de 18 meses, não podendo ser renovado.

De acordo com o ponto 2 da cláusula 3.^a, o contrato podia ser resolvido pelo contraente público, quando as obras realizadas no porto das Flores permitissem a atracagem dos navios de cabotagem insular, sem que houvesse obrigação de pagamento de indemnização.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Considerando o parecer da Portos dos Açores, que o cais B reunia condições para a atracagem dos navios de cabotagem insular, o contrato cessou a 14 de outubro de 2022.

2- O Contrato celebrado entre o Governo regional e a Transinsular para a prestação daquele serviço, foi resolvido por alguma das partes? Se sim, cópia dessa comunicação.

Sim, o contrato foi resolvido pelo contraente público, o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, de acordo com o ponto 2 da cláusula 3ª, ofício em anexo.

3- O preço contratual de €1.939.959 foi pago na sua totalidade à Transinsular?

Não. O valor do contrato para os 18 meses foi de 1.939.950€ e previa a realização de duas viagens mensais. Não foram pagas 6 viagens (1 em outubro, 2 em novembro e dezembro e 1 em janeiro).

4- Solicita-se cópia do caderno de encargos que estabelece os termos e as condições à prestação do serviço de transporte de mercadorias à ilha das Flores, conforme o disposto na cláusula 1ª do contrato.

Documento em anexo.

5- Tendo sido tornado público que o Governo Regional fretou o navio «Ponta do Sol» para a prestação daquele serviço, o que não foi desmentido até à data, solicita-se cópia do contrato celebrado entre a Região e a Transinsular para esse efeito e dos procedimentos, comunicações e documentos que levaram à sua concretização.

O navio «Ponta do Sol» não foi fretado pelo Governo Regional. A Transinsular vai efetuar, sempre que possível as próximas viagens utilizando este navio de cabotagem por ter menores dimensões que os navios Monte Brasil e Monte da Guia, que normalmente fazem rota da ilha das Flores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**
Data: 2023.02.20 13:50:28-01'00'





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
FUNDO REGIONAL DE APOIO À COESÃO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'MN'.

Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Marítimo Regular de Mercadorias para a Ilha das Flores

Entre:

FUNDO REGIONAL DE APOIO À COESÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, pessoa coletiva n.º 512098247, com sede na Avenida Infante D. Henrique, 43 – 1.º dtº, 9500-150, em Ponta Delgada, neste ato representado por José Paulo Brito Ventura, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, portador do Cartão do Cidadão n.º [REDACTED], válido até 19/03/2031, e por Marco Paulo Castanheira Oliveira, na qualidade de Vogal do Conselho Diretivo, portador do Cartão do Cidadão n.º [REDACTED] válido até 06/11/2028, no uso da delegação de competências aprovada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 110/2021 de 13 de maio, publicada no Jornal Oficial, I Série, N.º 73, doravante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

E

TRANSINSULAR – TRANSPORTES MARÍTIMOS INSULARES, S.A., pessoa coletiva 501532889, com sede no Edifício Gonçalves Zarco – Doca de Alcântara, lado Norte, 1399-015 em Lisboa, neste ato representada por Mathieu Alain Roger, na qualidade de vogal da Administração, titular do Passaporte n.º [REDACTED] válido até 29/09/2029, com domicílio profissional na sede mencionada, e por Caetano Maria Viana da Costa de Macedo, na qualidade de procurador, titular do Cartão de Cidadão n.º [REDACTED], válido até 02/10/2029, com poderes para o ato, doravante designada por SEGUNDA OUTORGANTE;

Considerando:

- A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação do Conselho Diretivo de 26 de maio de 2021, tendo, na mesma data, aprovado a minuta de contrato, no exercício de competências delegadas pela Resolução do Conselho de Governo n.º 110/2021 de 13 de maio, publicada no Jornal Oficial, I Série, N.º 73;
- A despesa inerente ao contrato está inscrita no orçamento privativo do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para o ano de 2021, rubrica económica 05.01.03.01.09



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
FUNDO REGIONAL DE APOIO À COESÃO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

[Handwritten signatures and stamps in the top right corner]

- c) Os encargos plurianuais que resultam da celebração do presente contrato foram autorizados por despacho de S. Ex.^a o Secretário das Finanças, Planeamento e Administração Publica de 18 de maio de 2021, de acordo com a seguinte repartição:
- 2021: 646.666,67 €
- 2022: 1.293.333,33 €
- d) A despesa com o presente contrato encontra-se devidamente cabimentada correspondendo-lhe o compromisso número DB52100678 e 1090000006.

É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas:

Cláusula 1.^a

Objeto do contrato

O contrato tem como objeto a prestação de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias para a ilha das Flores, nos termos e nas condições melhor identificadas no caderno de encargos e na proposta adjudicada, os quais são parte integrante do presente contrato.

Cláusula 2.^a

Preço e condições de pagamento

1. O preço contratual é € 1.939.950,00 (um milhão novecentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta euros).
2. O contrato não está sujeito ao IVA, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do CIVA.
3. As condições de pagamento são as que constam da cláusula 4.^a do caderno de encargos.

Cláusula 3.^a

Duração do contrato

1. O contrato inicia-se no dia 10 de julho de 2021 e vigora por 18 meses.
2. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o contrato pode ser resolvido pelo contraente público quando as obras realizadas no porto das Flores permitam a atracagem dos navios de cabotagem insular, sem que haja obrigação de pagamento de qualquer indemnização.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
FUNDO REGIONAL DE APOIO À COESÃO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3. A resolução prevista no número anterior é efetuada mediante comunicação escrita do contraente público ao cocontratante com antecedência mínima de 15 dias de calendário face à data de cessação do contrato pretendida.

Cláusula 4.^a

Caução

1. A Segunda Outorgante prestou caução, no valor de 38.799,00€, (Trinta e oito mil setecentos e noventa e nove euros) correspondente a 2% do preço contratual.

Cláusula 5.^a

Prevalência

1. Fazem parte integrante do presente contrato o Caderno de Encargos e a proposta da Segunda Outorgante.
2. Em caso de divergência nos documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem constante do n.º 2 do artigo 96.^a do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 6.^a

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Ponta Delgada.

Cláusula 7.^a

Gestor do contrato

Para Gestor do Contrato a Primeira Outorgante nomeia José Paulo Brito Ventura, na qualidade de Presidente do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
FUNDO REGIONAL DE APOIO À COESÃO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Cláusula 8.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Ponta Delgada, 9 de julho de 2021

Pelo Primeiro Outorgante

José Paulo Brito Ventura

Presidente do Conselho Diretivo do Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento
Económico

Marco Paulo Castanheira Oliveira

Vogal do Conselho Diretivo do Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento
Económico

TRANSINSULAR - Transportes
Marítimos Insulares, S.A.
Edifício Gonçalves Zarco
Rua de Alcântara (1.º andar)
9300-016 Ponta Delgada
Tel: 296 285 254 Fax: 296 285 255 Email: frc@azores.gov.pt

Pelo Segundo Outorgante

Mathieu Alain Roger

Vogal do Conselho de Administração da Transinsular - Transportes Marítimos Insulares, S.A.

TRANSINSULAR - Transportes
Marítimos Insulares, S.A.
Edifício Gonçalves Zarco
Rua de Alcântara (1.º andar)
9300-016 Ponta Delgada
Tel: 296 285 254 Fax: 296 285 255 Email: frc@azores.gov.pt

Caetano Maria Viana da Costa de Macedo

Procurador



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
FUNDO REGIONAL DE APOIO À COESÃO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Exmo(s). Senhor(es)
Conselho de Administração da
Transinsular – Transp. Marítimos Insulares, S.A.
Ed. Gonçalves Zarco, Doca Alcântara (Norte)
1399-015 Lisboa

| | | | |
|----------------|--------------------|------------------|---------------|
| Sua Referência | Sua comunicação de | Nossa Referência | Ponta Delgada |
| | | SAI-FRC/2022/46 | 16/09/2022 |

ASSUNTO: Contrato de prestação de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias para a Ilha das Flores

O Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico informa que o contrato celebrado com a vossa empresa a 9 de julho de 2021, para a prestação de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias para a ilha das Flores, cessa a partir do próximo dia 14 de outubro p.f., considerando que o porto daquela ilha já permitirá a atracagem dos navios de cabotagem insular, de acordo com o previsto no número 2 da cláusula 3ª do mencionado contrato.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho Diretivo

Ana Paula Homem de Gouveia

O Vogal do Conselho Diretivo

Marco Paulo Castanheira de Oliveira



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

FUNDO REGIONAL DE APOIO À COESÃO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

CADERNO DE ENCARGOS

**Prestação de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias para
as Flores**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS3

- Cláusula 1.^a Objeto3
- Cláusula 2.^a Preço base3
- Cláusula 3.^a Duração do contrato3
- Cláusula 4.^a Condições de pagamento3
- Cláusula 5.^a Direitos de propriedade intelectual e industrial4
- Cláusula 6.^a Sigilo4
- Cláusula 7.^a Cessão da posição contratual e subcontratação5
- Cláusula 8.^a Foro competente5
- Cláusula 9.^a Legislação aplicável5

CLÁUSULAS TÉCNICAS6

- Cláusula 10.^a Frequências mínimas6
- Cláusula 11.^a Embarcações6
- Cláusula 12.^a Capacidade de carga7
- Cláusula 13.^a Meios humanos e materiais afetos ao contrato7
- Cláusula 14.^a Licenças, certificações, credenciações e autorizações aplicáveis8
- Cláusula 15.^a Seguros8
- Cláusula 16.^a Sanções8



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

O contrato a celebrar tem como objeto a aquisição dos serviços de transporte marítimo regular de mercadorias para a ilha das Flores, nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Preço base

- 1 - O preço base é de € 1940.000,00 (um milhão novecentos e quarenta mil euros), correspondendo ao valor para o período máximo de vigência do contrato.
- 2 - São excluídas as propostas cujo valor seja superior ao preço base.
- 3 - Caso o contrato cesse antes do período máximo de vigência permitido, só será pago o valor correspondente às frequências efetivamente realizadas.

Cláusula 3.ª

Duração do contrato

- 1 – O contrato inicia-se no dia 10 Julho de 2021 e vigora por 90 dias.
- 2 – Findo o prazo previsto no número anterior, o contrato pode ser prorrogado por iguais períodos até ao prazo de vigência máximo de 18 meses, se nenhuma das partes o denunciar com a antecedência mínima de 15 dias face ao seu termo.
- 3 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o contrato pode ser resolvido pelo contraente público quando as obras realizadas no porto das Lajes das Flores permitam a atracagem de navios da cabotagem insular, sem que haja obrigação de pagamento de qualquer indemnização.
- 4 – A resolução prevista no número anterior é efetuada mediante comunicação escrita do contraente público ao cocontratante com antecedência mínima de 15 dias de calendário face à data de cessação do contrato pretendida.

Cláusula 4.ª

Condições de pagamento

- 1 - A faturação é efetuada quinzenalmente.

Caderno de encargos – Prestação de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias para as ilhas das Flores



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

- 2 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção das faturas correspondentes, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
- 3 - Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Entidade Adjudicante emite um número de compromisso válido e sequencial, que o cocontratante deverá indicar nas faturas.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o NIB a indicar pelo cocontratante.
- 5 - O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos, sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.

Cláusula 5.ª

Direitos de propriedade intelectual e industrial

São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

Cláusula 6.ª

Sigilo

- 1 - O cocontratante obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade da Entidade Adjudicante ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
- 2 - A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - O cocontratante obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato.
- 4 - O cocontratante assume igualmente o compromisso de remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer registo, eletrónico ou em papel, relacionado com os dados e processos analisados e que a Entidade Adjudicante lhe indique para esse efeito.
- 5 - O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da Entidade Adjudicante, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

6 - O cocontratante garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

Cláusula 7.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

O cocontratante não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.

Cláusula 8.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Ponta Delgada.

Cláusula 9.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos da Região Autónoma dos Açores, no Código dos Contratos Públicos e demais legislação especialmente aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 10.ª

Frequências mínimas

- 1 - O contrato compreende o transporte marítimo regular de mercadorias na rota Ponta Delgada/Lajes das Flores, com possibilidade de escala noutra ilha.
- 2 - O cocontratante garante o mínimo de 1 viagem, a cada período de 15 dias, na rota Ponta Delgada/Lajes das Flores, com possibilidade de escala noutra ilha.
- 3 - O cocontratante garante ainda viagens extraordinárias sempre que se verifique um volume extraordinário de mercadoria com destino às Flores que não seja possível transportar na viagem quinzenal obrigatória, ou sempre que ocorram situações de rotura de bens essenciais naquelas ilhas.
- 4 - Sempre que a viagem quinzenal não se concretize devido a condições imprevisíveis, a razões de força maior, ou outras, o contraente público acordará com o cocontratante uma nova data para a realização da viagem.
- 5 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se bens essenciais os produtos alimentares, sanitários e de saúde, as rações, e os produtos energéticos.

Cláusula 11.ª

Embarcações

- 1 - O cocontratante obriga-se a afetar as embarcações necessárias e adequadas à prestação de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias, devendo garantir o seguinte:
 - a) Capacidade de manobra em porto;
 - b) Capacidade para transportar contentores de 20 pés, equipados com grua e com pelo menos 6 tomadas para contentores frigoríficos.
- 2 - É da responsabilidade do cocontratante garantir o cumprimento de todos os requisitos técnicos e operacionais, bem como a operação sem restrições no porto das Lajes das Flores, nas suas condições atuais. Atualmente, esse porto está limitado a navios até 90 metros de comprimento e com calado até 5 metros, conforme edital nº 030/2019 da Capitania do Porto de Santa Cruz das Flores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Cláusula 12.ª

Capacidade de carga

- 1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o cocontratante obriga-se a oferecer a capacidade de transporte adequada aos níveis de procura, acautelando sempre a rapidez e segurança dos serviços prestados.
- 2 - Deverá, em especial, ser assegurado o transporte das seguintes mercadorias:
 - a) Contentores de 20 pés;
 - b) Carga geral (carros e máquinas);
 - c) Gado vivo em contentores especiais;
 - d) Contentores tanques para combustível.
- 3 - O transporte será efetuado sempre em conformidade com os certificados do navio, incluindo “dangerous goods certificates” e “cargo securing manual for deck cargoes”.
- 4 - O transporte só pode ser recusado caso a mercadoria não satisfaça ou viole as disposições legais aplicáveis.
- 5 - A capacidade mínima que o cocontratante deve garantir é de 1.200 toneladas por viagem de ida e volta.
- 6 - Caso as viagens sejam temporariamente interrompidas devido a condições imprevisíveis, a razões de força maior, ou outras, a capacidade programada deve ser reforçada a partir do momento em que seja possível restabelecer a operação, até ao escoamento total da mercadoria acumulada durante a interrupção da exploração.

Cláusula 13.ª

Meios humanos e materiais afetos ao contrato

- 1 - O cocontratante obriga-se a afetar à prestação de serviço todos os meios humanos, técnicos e materiais necessários e adequados ao cumprimento do objeto do contrato, devendo manter



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

operacionais os recursos que permitam garantir serviços de transporte de qualidade, por forma a satisfazer padrões adequados de continuidade, regularidade e capacidade.

- 2 - A prestação de serviços de transporte marítimo é feita pelo cocontratante, quer através de meios próprios, quer através de meios alheios.
- 3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o adjudicatário obriga-se, desde do início da prestação dos serviços de transporte marítimo, a dispor, na Região Autónoma dos Açores, de serviços de manutenção próprios ou contratados, que garantam a realização de pequenas reparações nas embarcações.

Cláusula 14.ª

Licenças, certificações, credenciações e autorizações aplicáveis

O cocontratante é responsável pela obtenção de todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, sendo igualmente da sua responsabilidade todas as consequências decorrentes da inexistência das mesmas.

Cláusula 15.ª

Seguros

O cocontratante obriga-se a celebrar e a manter em vigor durante todo o período de vigência do contrato, de acordo com a legislação aplicável, as apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de todos os riscos seguráveis e inerentes à exploração dos serviços contratados, nomeadamente de responsabilidade contratual e extracontratual, de responsabilidade civil profissional e de responsabilidade por acidentes de trabalho.

Cláusula 16.ª

Sanções

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da frequência mínima quinzenal, até 10 % do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento das obrigações relativas à embarcação ou carga exigida, até 5% do preço contratual.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

- 2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 3 - A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
- 4 - O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
- 5 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.

Cláusula 17.ª

Taxas portuárias

As taxas portuárias devem ser consideradas para efeitos do disposto no n.º4 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A de 8 de janeiro.